

Resolução nº 13/2001

REGULAMENTA OS DEPÓSITOS JUDICIAIS NO ÂMBITO DAS
ATRIBUIÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO, NO ESTADO DO MARANHÃO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a edição da Lei Complementar n. 48, de 15 de dezembro de 2000 e, em conformidade com a decisão proferida na sessão plenária administrativa do dia 22 de agosto de 2001,

RESOLVE,

Art. 1º. Todos os depósitos judiciais serão realizados a partir do dia 1º de setembro de 2001, junto ao Banco do Brasil S/A, em conta específica, através de formulário de RDO - Depósito Judicial, o qual conterá:

- I. número da conta judicial;
- II. primeiro depósito ou depósito em continuação;
- III. número da agência do Banco do Brasil;
- IV. justiça estadual;
- V. data de emissão do depósito judicial;
- VI. número do processo;
- VII. tribunal;
- VIII. comarca;
- IX. vara;
- X. natureza da ação;
- XI. ação;
- XII. número da guia;
- XIII. data da guia;
- XIV. valor do depósito;

- XV. aplicação em espécie ou cheque;
- XVI. a indicação do nome e da qualidade do depositante, se réu, reclamado, impetrado ou autor, reclamante, impetrante;
- XVII. tipo de depositante, se pessoa física ou jurídica;
- XVIII. CPF ou CNPJ do réu, impetrado ou reclamado;
- XIX. CPF ou CNPJ do autor, impetrante ou reclamante;
- XX. código do imposto de renda do depositante, para verificação se tributado ou imune;
- XXI. FGC - garantidor do crédito, será sempre a instituição financeira;
- XXII. motivo do depósito;
- XXIII. advogado do réu, impetrado ou reclamado;
- XXIV. CPF ou CNPJ do advogado do réu, impetrado ou reclamado;
- XXV. advogado do autor, impetrante ou reclamante;
- XXVI. CPF ou CNPJ do advogado do autor, impetrante ou reclamante.

Parágrafo único. O formulário de Recibo de Depósito Judicial possui quatro (4) vias, com a seguinte destinação:

- I. via 01 - agência do Banco do Brasil;
- II. via 02 - caixa;
- III. via 03 - processo;
- IV. via 04 - depositante.

Art. 2º. Os depósitos judiciais relativos à prestação continuada, e mantidos junto ao Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM, só poderão ser realizados junto a essa instituição financeira até o dia 31 de agosto de 2001.

Parágrafo único. A partir do dia 1º de setembro de 2001, também os depósitos judiciais relativos às prestações continuadas deverão ser objeto de abertura de novas contas judiciais na instituição autorizada.

Art. 3º. Os depósitos judiciais, em sua totalidade, existentes no Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM, assim como em outras instituições financeiras, serão transferidos diariamente para o Banco do Brasil S/A, a partir de 1º de setembro de 2001, de acordo com a data de aniversário de cada depósito.

Parágrafo único. O Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM, ao proceder a transferência de que trata o caput deste artigo, deverá repassar o valor existente em cada conta de depósito judicial, acrescido da correção monetária e dos juros correspondentes ao último período.

Art. 4º. Realizadas as transferências, o Banco do Brasil S/A, comunicará nas quarenta e oito horas seguintes, ao Juízo a que o depósito judicial estiver à disposição, bem como ao Tribunal de Justiça, o saldo atualizado da conta, mediante o documento que se refere o artigo 1º.

§1º O Banco do Brasil S/A remunerará pro rata die as contas de depósito judicial transferidas, bem como as novas contas, desde a data da transferência ou da abertura até a data do saque.

§2º Semanalmente, o Banco do Brasil S/A disponibilizará para o Tribunal de Justiça arquivo eletrônico dos depósitos transferidos, contendo a relação total dos valores e as contas que lhe foram transferidas.

Art. 5º. O valor da transferência somente será considerado efetivado, após o Banco do Brasil S/A validar as correções dos depósitos judiciais transferidos.

Art. 6º. Para a validação dos valores transferidos, compete ao Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM, disponibilizar em arquivo eletrônico, no momento da transferência, as seguintes informações.

- I. número da conta judicial;
- II. primeiro depósito ou depósito em continuação;
- III. número da agência do BEM;
- IV. data de emissão do depósito judicial;
- V. número do processo;
- VI. tribunal;

- VII. comarca;
- VIII. vara;
- IX. natureza da ação;
- X. ação;
- XI. data do depósito;
- XII. valor do depósito;
- XIII. a indicação do nome e da qualidade do depositante, se réu, reclamado, impetrado ou autor, reclamante, impetrante;
- XIV. tipo de depositante, se pessoa física ou jurídica;
- XV. CPF ou CNPJ do réu, impetrado ou reclamado;
- XVI. CPF ou CNPJ do autor, impetrante ou reclamante;
- XVII. motivo do depósito;
- XVIII. advogado do réu, impetrado ou reclamado;
- XIX. CPF ou CNPJ do advogado do réu, impetrado ou reclamado;
- XX. advogado do autor, impetrante ou reclamante;
- XXI. CPF ou CNPJ do advogado do autor, impetrante ou reclamante;
- XXII. valor atualizado em 31 de dezembro de 2000, do depósito judicial por conta;
- XXIII. valor atualizado até a data da transferência, do depósito judicial por conta.

§ 1º Na hipótese de não ser possível disponibilizar todas as informações constantes do caput deste artigo, caberá ao Tribunal de Justiça providenciar o levantamento desses dados junto à respectiva Vara, através do exame, in loco, do processo correspondente.

§ 2º O Banco do Estado do Maranhão S/A - BEM, promoverá nos prazos fixados no artigo 2º, a transferência para o Banco do Brasil S/A dos

documentos e alvarás judiciais ali arquivados ou microfilmados, para levantamentos periódicos nas respectivas contas.

Art. 6º. O Banco do Brasil informará ao Tribunal de Justiça as contas de depósitos judiciais que não forem validadas.

§ 1º Caberá ao Tribunal de Justiça, através de pessoal especialmente designado pela Presidência para esta finalidade, a análise inicial de cada pendência existente, informando ao Juízo competente, para que este determine as providências necessárias à regularização.

§ 2º Verificado que a diferença de valores apurados refere-se a erro ou omissão de juros e/ou atualização monetária ou falta de comprovante de depósitos, cuja responsabilidade é do Banco do Estado do Maranhão, a Presidência do Tribunal de Justiça promoverá as medidas de direito aplicáveis a cada caso.

Art. 7º. Nenhuma conta será transferida parcialmente e, em nenhuma hipótese, poderá ser alterado o dia de aniversário de qualquer depósito transferido.

Art. 8º. Os valores de depósitos judiciais transferidos ao Banco do Brasil S/A, serão monitorados através de extratos bancários ou por via de acesso à internet, disponibilizados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão e à parte interessada.

Art. 9º. O Presidente do Tribunal baixará os atos necessários ao cumprimento desta Resolução, inclusive os relatórios aos procedimentos para a expedição de alvará pelo juiz, com vistas à liberação de importância depositadas.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO
MARANHÃO, em
São Luís, 22 de agosto de 2001.

DES. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
PRESIDENTE